



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Sul Riograndense - Sicredi
União Metropolitana RS**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: i) Fundo de Desenvolvimento Social: apoio a projetos que desenvolvem a educação, esporte, cultura, saúde, segurança e meio ambiente nos nove municípios de atuação da nossa Cooperativa; ii) Programa A União Faz a Vida: promove os princípios de cooperação e cidadania em crianças e adolescentes, estimulando-os a serem protagonistas que tomam decisões coletivamente e constroem projetos cooperativos; iii) Programa Cooperativas Escolares: amplia as oportunidades de aprendizado de crianças e adolescentes, vivenciando experiências dos valores e princípios do cooperativismo; iv) Programa Cooperação na Ponta do Lápis: promove a conscientização sobre a importância da educação e planejamento financeiro; v) Programa Comitê Mulher: lançamento do programa que visa desenvolver ações com finalidade educativa para o desenvolvimento pessoal e profissional, assim como o crescimento e fortalecimento das mulheres associadas dentro e fora da Cooperativa, contribuindo para a disseminação da missão do Sicredi, dos valores do cooperativismo e seus diferenciais.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: inauguração da agência Santa Isabel, localizada na cidade de Viamão; ampliação da agência Carlos Gomes, localizada na cidade de Porto Alegre; além do aprimoramento das nossas soluções e canais para melhor atender nosso associado.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS
CNPJ/MF nº 92.796.564/0001-09

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		1.328.975	925.795	PASSIVO		1.203.714	824.792
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	4.033	5.289	DEPÓSITOS	(Nota 12)	1.052.705	700.370
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.323.124	916.217	Depósitos à vista		248.399	140.975
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	12.207	15.582	Depósitos interfinanceiros		3.392	3.819
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	274.050	233.935	Depósitos a prazo		800.914	555.576
Centralização financeira	(Nota 04)	241.198	131.434	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		61.866	44.582
Relações interfinanceiras ativas		35	60	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	44.512	29.962
Operações de crédito	(Nota 07)	729.377	477.375	Obrigações por repasses	(Nota 14)	2.294	-
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	66.257	57.831	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	15.060	14.620
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(30.061)	(27.928)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	5.006	4.978
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	5.891	5.571	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	84.137	74.862
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	8.502	8.502	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	125.261	101.003
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	12.427	12.382	CAPITAL SOCIAL		54.377	48.778
INTANGÍVEL	(Nota 11)	5.059	5.762	RESERVAS DE SOBRAS		66.842	48.190
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		4.042	4.035
TOTAL DO ATIVO		1.328.975	925.795	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.328.975	925.795

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS
CNPJ/MF nº 92.796.564/0001-09

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	47.331	100.449	96.195
Operações de crédito (Nota 07)	43.884	92.855	92.949
Resultado títulos e valores mobiliários	3.447	7.594	3.246
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(16.365)	(38.682)	(48.923)
Operações de captação no mercado	(7.804)	(18.571)	(27.223)
Operações de empréstimos e repasses	(981)	(1.949)	(1.835)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(7.580)	(18.162)	(19.865)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30.966	61.767	47.272
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(12.935)	(27.281)	(14.853)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	18.954	35.478	31.832
Rendas de tarifas bancárias	6.578	12.684	11.240
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 21)	(17.261)	(33.038)	(30.307)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	(17.395)	(33.312)	(29.972)
Dispêndios e despesas tributárias	(350)	(852)	(1.215)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	6.932	12.642	25.732
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	(10.393)	(20.883)	(22.163)
RESULTADO OPERACIONAL	18.031	34.486	32.419
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(27)	(131)	11
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	18.004	34.355	32.430
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(23)	(1.114)	(1.926)
Provisão para Imposto de Renda	2	(676)	(1.186)
Provisão para Contribuição Social	(25)	(438)	(740)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.282)	(3.728)	(3.429)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	15.699	29.513	27.075

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS
CNPJ/MF nº 92.796.564/0001-09

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	42.715	31.513	2.953	77.181
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	2.425	-	(2.425)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	(492)	(492)
Outras destinações	-	-	(36)	(36)
Capital de associados				
Aumento de capital	5.127	-	-	5.127
Baixas de capital	(3.989)	-	-	(3.989)
Resultado do período	-	-	27.075	27.075
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.120)	(1.120)
Juros sobre o capital próprio	2.500	-	(2.554)	(54)
Reserva legal - Estatutária	-	14.569	(14.569)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.108	(2.108)	-
Devolução SFG	-	-	(2.689)	(2.689)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	48.778	48.190	4.035	101.003
Mutações do Período	6.063	16.677	1.082	23.822
Saldos no início do período em 01/01/2020	48.778	48.190	4.035	101.003
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	3.313	-	(3.313)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	(673)	(673)
Outras destinações	-	-	(49)	(49)
Capital de associados				
Aumento de capital	5.525	-	-	5.525
Baixas de capital	(4.637)	-	-	(4.637)
Resultado do período	-	-	29.513	29.513
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.347)	(1.347)
Juros sobre o capital próprio	1.398	-	(1.429)	(31)
Reserva legal - Estatutária	-	17.517	(17.517)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.135	(1.135)	-
Devolução SFG	-	-	(3.234)	(3.234)
Fundo Social	-	-	(809)	(809)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	54.377	66.842	4.042	125.261
Mutações do Período	5.599	18.652	7	24.258
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	52.124	48.190	13.814	114.128
Capital de associados				
Aumento de capital	3.023	-	-	3.023
Baixas de capital	(2.168)	-	-	(2.168)
Resultado do período	-	-	15.699	15.699
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.347)	(1.347)
Juros sobre o capital próprio	1.398	-	(1.429)	(31)
Reserva legal - Estatutária	-	17.517	(17.517)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.135	(1.135)	-
Devolução SFG	-	-	(3.234)	(3.234)
Fundo Social	-	-	(809)	(809)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	54.377	66.842	4.042	125.261
Mutações do Período	2.253	18.652	(9.772)	11.133

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS
CNPJ/MF nº 92.796.564/0001-09

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	15.088	34.124	37.987
Resultado do semestre/exercício	15.699	29.513	27.075
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(611)	4.611	10.912
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.301)	2.133	10.115
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(1)	(127)	(10)
Depreciação e amortização	2.083	3.867	2.945
Baixas do ativo permanente	4	57	7
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(49)	28	(1.025)
Destinações ao FATES	(1.347)	(1.347)	(1.120)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	43.693	81.558	(193.069)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.273)	3.375	(2.795)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	38.519	(40.115)	(206.098)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	7.235	25	(60)
(Aumento) em operações de crédito	(207.883)	(252.002)	(187.932)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	11.229	14.550	4.615
(Aumento) em outros ativos financeiros	(17.834)	(8.426)	(14.774)
(Aumento) Redução em outros ativos	1.013	(193)	(166)
Aumento em depósitos	186.305	352.335	183.356
Aumento em passivos financeiros	1.009	440	12.131
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	715	2.294	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(233)	(856)	(820)
Aumento em outros passivos	26.891	10.131	19.474
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	58.781	115.682	(155.082)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.068)	(2.148)	(5.552)
Aplicações no intangível	(614)	(1.118)	(751)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(1.682)	(3.266)	(6.303)
Integralização de capital	3.023	5.525	5.127
Baixa de capital	(2.168)	(4.637)	(3.989)
Fundo Social	(809)	(809)	-
Juros ao capital próprio	(31)	(31)	(54)
Distribuição de Sobras	-	(722)	(528)
Devolução SFG	(3.234)	(3.234)	(2.689)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(3.219)	(3.908)	(2.133)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	53.880	108.508	(163.518)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	191.351	136.723	300.241
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	245.231	245.231	136.723

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS
CNPJ/MF nº 92.796.564/0001-09

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	15.699	29.513	27.075
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	15.699	29.513	27.075

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Riograndense - Sicredi União Metropolitana RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 19/08/1967 e sede situada na Avenida Alberto Bins, 600 - 4º andar, Sala 06, na cidade de Porto Alegre - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 22 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	4.033	5.289
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	241.198	131.434
Total	245.231	136.723

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	152	12.055	12.207	15.582
Total	-	152	12.055	12.207	15.582

Total circulante	152	-
Total não circulante	12.055	15.582

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Cotas de fundos de renda fixa	31.150	-	-	31.150	43.473
Cotas de fundos multimercado	242.900	-	-	242.900	190.462
Total circulante	274.050	-	-	274.050	233.935

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020					31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	4.657	66.037	128.449	394.819	593.962	375.640
Financiamentos	83	7.848	22.696	62.052	92.679	64.253
Financiamentos rurais e agroindustriais	622	4.954	19.138	18.022	42.736	37.482
Total das operações de crédito	5.362	78.839	170.283	474.893	729.377	477.375
Avais e fianças honrados	21	2	2	7	32	7
Devedores por compra de valores e bens	-	-	38	304	342	380
Títulos e créditos a receber	-	43.363	14.890	31	58.284	51.337
Total de outros créditos	21	43.365	14.930	342	58.658	51.724
Carteira total	5.383	122.204	185.213	475.235	788.035	529.099

Total circulante	312.800	311.492
Total não circulante	475.235	217.607

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	24.933	184	-	-
A	0,50	419.726	222.762	2.095	1.114
B	1,00	214.007	170.312	2.131	1.703
C	3,00	65.092	77.354	1.944	2.321
D	10,00	31.709	27.569	3.156	2.757
E	30,00	12.062	10.621	3.618	3.186
F	50,00	4.456	3.728	2.228	1.864
G	70,00	3.868	5.288	2.707	3.702
H	100,00	12.182	11.281	12.182	11.281
Total		788.035	529.099	30.061	27.928

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 80.379 (dezembro de 2019 - R\$ 38.215) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 26). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 889 (dezembro de 2019 - R\$ 484) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020					31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	2.846	56.592	46.486	77.365	183.289	168.909
Rural	622	4.954	19.138	18.022	42.736	37.482
Industrial	30	2.557	6.758	23.819	33.164	15.550
Comércio	1.011	26.124	47.150	159.001	233.286	125.437
Outros serviços	874	31.977	65.681	197.028	295.560	181.721
Total	5.383	122.204	185.213	475.235	788.035	529.099

Total circulante	312.800	311.492
Total não circulante	475.235	217.607

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	64.929	8,24	40.149	7,59
50 devedores seguintes	137.341	17,43	86.676	16,38
100 devedores seguintes	111.223	14,11	68.687	12,98
Demais	474.542	60,22	333.587	63,05
Total	788.035	100,00	529.099	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	27.928	17.813
Constituição de provisão	35.335	34.985
Reversão de provisão	(17.173)	(15.120)
Movimentação de baixados para prejuízo	(16.029)	(9.750)
Saldo final	30.061	27.928

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	36.422	77.567	76.635
Financiamentos	5.246	10.296	9.188
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.422	3.019	3.529
Outros	14	19	7
Subtotal	43.104	90.901	89.359
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	780	1.954	3.590
Total	43.884	92.855	92.949

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 70.128 (2019 - R\$ 41.390).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	58.284	51.337
Rendas a receber	1.421	1.006
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	342	380
Avais e fianças honrados (Nota 07)	32	7
Operações com cartões	1.472	727
Devedores por depósitos em garantia	4.706	4.374
Total	66.257	57.831

Total circulante	61.209	53.094
Total não circulante	5.048	4.737

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	4.075	3.623
Adiantamentos e antecipações salariais	254	294
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	73	32
Adiantamentos para Confederação Sicredi	703	826
Impostos e contribuições a compensar	51	20
Pendências a regularizar	58	296
Portabilidade a receber	256	-
Outros	421	480
Total	5.891	5.571

Total circulante	5.771	5.421
Total não circulante	120	150

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	3.567	3.319
Imóveis	3.567	3.055
Veículos e afins	-	41
Máquinas e equipamentos	-	223
Material em estoque	41	84
Despesas antecipadas	354	204
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(7)	(134)
Total circulante	3.955	3.473

Despesas antecipadas	120	150
Total não circulante	120	150

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(134)	(144)
Constituição de provisão	(4)	(2)
Reversão de provisão	131	12
Saldo final	(7)	(134)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	5.155	5.155
Sicredi Participações S.A.	3.345	3.345
Outras participações e investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	8.502	8.502

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	1.084.822 ON	1.084.822 ON	2	2	5.154.631	5.154.631
	2.260.241 PN	2.260.241 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,28%	0,32%	1,24%	1,24%	1,27%	1,32%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	406.094	389.851
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	416.563	400.409
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	5
Valor do investimento	3.345	3.345	2	2	5.155	5.155

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	25.867	(13.440)	12.427	12.382
Imobilizações em curso	-	332	-	332	2.506
Instalações	10%	1.407	(593)	814	550
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	11.911	(5.826)	6.085	4.700
Móveis e equipamentos	10%	5.182	(2.682)	2.500	2.121
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	789	(457)	332	273
Equipamentos de processamento de dados	20%	6.116	(3.787)	2.329	2.152
Veículos	20%	130	(95)	35	80
Intangível		14.661	(9.602)	5.059	5.762
Investimentos Confederação		14.661	(9.602)	5.059	5.762

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	248.399	-	-	248.399	140.975
Depósitos interfinanceiros	-	-	3.392	3.392	3.819
Depósitos a prazo	21.809	40.585	738.520	800.914	555.576
Total	270.208	40.585	741.912	1.052.705	700.370
Total circulante				310.793	188.258
Total não circulante				741.912	512.112

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasse interfinanceiros	44.512	29.962
Total	44.512	29.962

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.086	15.470	14.470	34.026	29.962
Total - Recursos do Crédito Rural	4.086	15.470	14.470	34.026	29.962
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	10.486	10.486	-
Total - Outros Recursos	-	-	10.486	10.486	-
Total circulante				19.556	15.020
Total não circulante				24.956	14.942

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 11/05/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. e advindos do compulsório da poupança. A taxa praticada é 84,5% do CDI e o vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020			Total	31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
BNDES	164	674	1.456	2.294	-
Total	164	674	1.456	2.294	-

Total circulante	838	-
Total não circulante	1.456	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	889	484
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas	37	91
Recursos em trânsito de terceiros	2.634	2.545
Total circulante	3.560	3.120

Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas	11.500	11.500
Total não circulante	11.500	11.500

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em novembro de 2019 com vencimento em novembro de 2029 com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	4.766	4.721
Cível	Provável	239	256
Tributária	Provável	1	1
Total não circulante		5.006	4.978

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	4.721	215	(170)	4.766
Cível	256	281	(298)	239
Tributária	1	-	-	1
Total não circulante	4.978	496	(468)	5.006

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 335; R\$ 1.151 e R\$ 93 (dezembro de 2019 - R\$ 405, R\$ 903 e R\$ 93), respectivamente.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	59.102	51.341
Provisão para pagamentos a efetuar	4.189	3.874
Cotas de capital a pagar	4.801	3.767
Provisão para participações nos lucros	3.812	3.516
Fundo de assistência técnica, educacional e social	1.612	1.121
Demais fundos constituídos	4.091	2.714
Impostos e contribuições a recolher	2.065	2.759
Credores diversos	2.765	3.838
Cheques administrativos	994	1.615
Cobrança e arrecadação de tributos	4	222
Pendências a regularizar	702	95
Total Circulante	84.137	74.862

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	54.377	48.778
Total de associados	55.476	52.460

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 5.599 (2019 – R\$6.063), sendo R\$ 4.711 (2019 – R\$ 4.925) via integralização de resultados e R\$ 5.525 (2019 – R\$ 5.127), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.637 (2019 – R\$ 3.989).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,81% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.429, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 65% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 12% para o cumprimento de encargo em razão de recursos recebidos da SFG prevista até 2029;
- 3% para a constituição do Fundo Social; destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	34.355	32.430
Participação nas sobras	(3.728)	(3.429)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	30.627	29.001
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(12.251)	(11.601)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	10.525	8.527
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	572	1.022
Demais adições e exclusões previstas na legislação	40	126
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.114)	(1.926)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	12.207	15.582
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	274.050	233.935
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	241.198	131.434
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	1.230	828
Outros ativos (Nota 09)	703	841
Investimentos (Nota 10)	8.502	8.502
Intangível (Nota 11)	5.059	5.762
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	3.392	3.819
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	44.512	29.962
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas (Nota 15)	11.537	11.591
Outros passivos (Nota 17)	55.215	49.741
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	7.594	3.246
Ingressos e receitas de prestação de serviços	7.123	7.342
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	5.318	17.497
Receita não operacional - Doação SFG	-	24
Despesas		
Operações de captação no mercado	105	215
Operações de empréstimos e repasses	1.906	1.835
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	1.464	3.100
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	12.787	13.665

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	283	0,11%	105
Depósitos a prazo	3.933	0,49%	2.794
Operações de crédito	600	0,08%	394

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.537	3.443

NOTA 21 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	10.181	19.547	18.169
Benefícios	3.059	6.152	5.293
Encargos sociais	4.008	7.315	6.820
Treinamentos	13	24	25
Total	17.261	33.038	30.307

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	267	648	574
Aluguéis	2.081	4.065	3.562
Comunicação	675	1.297	1.367
Manutenção e conservação	705	1.415	1.481
Material de expediente	235	443	424
Processamento dados	857	1.496	955
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	1.557	3.133	3.463
Serviços do sistema financeiro	1.852	3.527	3.500
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	2.901	5.047	3.551
Serviços de vigilância e segurança	998	2.058	2.068
Serviços de transportes	597	1.186	1.318
Depreciação	1.053	2.046	1.461
Amortização (Rateio Confederação)	1.030	1.821	1.484
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	233	856	993
Emolumentos e taxas diversas	380	879	1.116
Outras despesas administrativas	1.974	3.395	2.655
Total	17.395	33.312	29.972

NOTA 23 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	233	856	820
Utilização de fundo social	665	668	-
Recuperação de encargos e despesas	542	1.130	2.234
Ingressos depósitos intercooperativos	2.054	4.642	16.793
Reversão de provisões operacionais	1.646	2.664	2.818
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	128	236	115
Reversão de provisões para passivos contingentes	364	468	2.301
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	653	653	-
Outras rendas operacionais	647	1.325	651
Total	6.932	12.642	25.732

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	593	2.033	1.936
Contribuições Cooperativistas	71	143	128
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	118	514	878
Contribuição Confederação Sicredi	4.940	9.634	9.974
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	388	720	678
Encargos da administração financeira	-	3	94
Repasse Administradora de Cartões	-	126	337
Provisões para garantias financeiras prestadas	387	640	410
Provisões para passivos contingentes	315	496	1.276
Outras provisões operacionais	1.168	2.248	2.061
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.985	3.494	2.219
Risco operacional	244	455	1.733
Juros e comissões	12	22	22
Outras despesas operacionais	172	355	417
Total	10.393	20.883	22.163

NOTA 25 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	15.700	29.513	27.076
Eventos não recorrentes	-	-	(24)
Resultado recorrente	15.700	29.513	27.052

NOTA 26 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	80.379	38.215
Total	80.379	38.215

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.